

HOMENAGEM DO MINISTÉRIO PÚBLICO(*)

Participamos aqui de um momento da saudável estabilidade descontínua do poder que se exerce neste Egrégio Pretório, decorrente da temporalidade dos mandatos, que se sucedem por eleição.

Sem pretender esboçar a biografia dos que estão e saem, após o proficiente exercício da nobre missão de presidirem, cada um a seu nível, esta Casa de Justiça, e dos que lhes sobrevêm, é evidente existir a identificá-los o caráter reto, a pujança intelectual, o saber jurídico, o equilíbrio do magistrado, o elevado teor ético que colocam em tudo o que fazem, o zelo pelo vernáculo, a cultura poliforme e, além de tantas outras, a virtude da eloquência, arte encantadora que se vai escasseando em nosso País.

Se lhes fôssemos esmiuçar a vida, veríamos que o labor a que cedo se dedicaram lhes forjou o caráter, e os capacitou ao exercício das mais elevadas investiduras, como forças morais que engrandecem as funções que exercçam.

Gratamente compelido a saudá-los, faço-o com imensa honra, em nome do Doutor Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral da República e Chefe do Ministério Público da União, a quem, com orgulho, represento, e também em nome do Ministério Público do Trabalho, órgão intimamente vinculado, de ofício, a este Tribunal, graças ao que, como seu Procurador-Geral em exercício, me tem sido possível acompanhar, e agora testemunhar, a coerência entre os ideais professados pelos que ora movimentam a cadeia de comando e a verdadeira conduta de cada um.

Significativa e admirável, e não apenas voltada para o presente mas também projetada para o porvir, a multiforme obra que traçaram com clarividência e executaram exemplarmente os que encerram suas gestões, seja resolvendo problemas sociais de alta transcendência, seja solucionando questões administrativas de todos os gêneros.

Poderia ser exaustivo, citando-as todas. Cansaria a platéia. Limitar-me-ei a lembrar o correto procedimento que envolveu a escolha dos dez novos Ministros que vieram a enriquecer este Plenário, com o que se cumpriu exemplarmente o mandamento da nova Constituição.

Cito também a criação dos novos Tribunais Regionais do Trabalho das 16ª, 17ª e 18ª Regiões, com sedes em São Luís, Vitória e Goiânia, com o que se ampliou o efetivo e pronto alcance dos braços da Justiça Trabalhista, refúgio dos que mais precisam, num mundo tão cercado de ansiedades.

(*) Discurso proferido pelo Dr. Vanderlei Nogueira de Brito, Procurador-Geral da Justiça do Trabalho em exercício na solenidade de posse da nova administração do Tribunal Superior do Trabalho, em 6.2.91.

Igualmente os grandes vultos, que hoje apenas são memória, nesta gestão findante não foram olvidados, sendo exemplo a homenagem que se prestou quando do centenário do nascimento de Lindolfo Collor, cuja glória reconhecida vem sendo consubstanciada nas manifestações da posteridade.

Fecha-se o pano de uma administração cujos membros nunca aceitaram o mero usufruto do que existia. Mudaram e influíram no que passou a existir. E legam uma obra adiantada no tempo, a permitir segurança nos caminhos para o futuro dos que lhes seguem, e a facilitar, e muito, os trâmites dos que têm que recorrer a esta Casa.

Os ilustres Ministros Marco Aurélio Prates de Macedo, Luiz José Guimarães Falcão e Orlando Teixeira da Costa garantiram, assim, posição consagrada de inafastável relevo nesta Excelsa Corte de Justiça, como Magistrados e como Administradores, e no exercício de ambas as qualificações, em que pese não raros interesses contrariados, consolidaram amizades e conquistaram respeito, e encerram os respectivos mandatos com a única insatisfação possível aos que chegam ao êxito, que é a insatisfação das conquistas realizadas.

Referência especial desejo fazer a S. Exa. o Sr. Ministro Prates de Macedo, que sei não se haver afastado dos atrativos irresistíveis da literatura, e que sempre se manteve na memória do Ministério Público do Trabalho, ocupante que foi – e dos mais brilhantes – da função de Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, hoje eventualmente por mim exercida. Homenagem que não é apenas minha, mas também de seus antigos colegas, reverentes diante de um exemplo.

É evidente que no infindável transcórrer dos tempos o presente é apenas um ponto sem dimensão, que logo se transforma em futuro, que já se inicia nesta Casa com a posse dos Ministros Luiz José Guimarães Falcão, Orlando Teixeira da Costa e José Ajuricaba da Costa e Silva, na Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral, respectivamente.

São homens sem quietismos rotineiros, desatados das ligaduras do convencional, que, no caminhar para o porvir da instituição, não terão que reacender luzes, inclusive porque os Ministros Guimarães Falcão e Orlando Teixeira participaram do pretérito, e encontram o facho luminoso que ajudaram a acender.

Nem terão, portanto, que redoír, mas, sim, eventualmente, aprimorar, para colher as messes do que ajudaram a plantar, ou plantaram, e semear o que deixarão, nisso envolvendo árdua tarefa, porque vivemos em um País ainda de baixa renda, com economia sujeita a impactos de monta, com desemprego e inflação, e indícios de recessão, num caldo de cultura que preocupa, máxime diante do reiterado insucesso dos antídotos aplicados, a refletir-se inexoravelmente nesta Casa, para onde fluem tantos problemas humanos, Casa que os tem de acolher e solucionar, como também minimizar as desconças, justas ou injustas, com relação às medidas sociais que se sucedem, na formação das quais não dispõe de poder para influir. As recentemente editadas, por exemplo, irão ocupar, e muito, o tempo dos ilustres empossando e demais Ministros, dada a interconexão da Justiça com os fatos sociais.

Instrumentalizados para cumprir a missão poucos estarão tanto quanto a elite que assume, formada por personalidades voltadas para as obras do espíri-

to, da criatividade, assim como para as atividades práticas, com larga experiência na Judicatura, libertos dos travões da tradição, conscientes, e disso sei porque os conheço, de que a idéia do bem com justiça é a finalidade substantiva que move esta Casa, cuja prática engrandece os homens que a compõem.

Para não me tornar mais longo, aos que encerram seus mandatos, os cumprimentos do Ministério Público da União e do Ministério Público do Trabalho. Que a felicidade os persiga, e que a alegria jamais os abandone.

E aos que assumem, que a comunhão de sentimentos que se forma pelo sucesso da missão confiada ao talento de cada um se reflita em benefício da sociedade. É o que sinceramente se espera, para o que não faltará a colaboração de todos os ramos do Ministério Público da União.

Muito obrigado.